



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA
DE ARACATI-CE**

MARIA GECILDA DO AMARAL, brasileira, solteira, desempregada, inscrito no CPF sob o nº 626.504.323-49, residente e domiciliado na Rua C, 1.278, Vila Rafael, Aracati, Ceará, vêm a presença de vossa Excelência, por seu procurador constituído, para propor

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT (RITO ORDINÁRIO)

em face de **SEGURADORA LIDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Av. Senador Dantas, 74, Andar 5, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito adiante descritos.

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

I– DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos termos do art. 5, LXXVI da CF, do art. 98 e seguintes da do CPC, o Autor declara para os devidos fins e sob a pena da lei, ser pobre, e não tendo como arcar com pagamento de custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu sustento, pelo que requer os benefícios da justiça gratuita.

II – DOS FATOS

Informa o notificante que sofreu um acidente de transito, que vinha em sua bicicleta quando colidiu com um veículo motociclo de PLACA NOR 1675 ARACATI-CE, COR VERMELHA, que devido á colisão veio ao solo, foi socorrida para o Hospital Municipal, e devida a queda sofreu trauma no pé esquerdo.

O benefício foi requerido administrativamente e negado, diante dessa situação, propõe a presente demanda a fim de que a seguradora cumpra com suas obrigações, pagando ao autor, provado os requisitos autorizadores da indenização.

III – DO DIREITO

A Lei nº 6.194/74 (Lei do seguro Obrigatório -DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento de seguro àquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente ou não em decorrência de acidente de transito.

Neste sentido, a jurisprudência sobre a matéria é farta:

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL.

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

APELAÇÕES CÍVEIS.COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE INCONTROVERSA. LESÃO ATESTADA POR EXAME DE CORPO DEDELITO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA JUDICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. INDIFERENÇA. REGULAMENTOS DO CNSP. INVALIDADE FRENTE À LEI ORDINÁRIA, HIERARQUICAMENTE SUPERIOR.VALOR INDENIZATÓRIO DEVIDO NA SUA INTEGRALIDADE. MONTANTE INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM A LEI Nº 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI CONSTITUCIONAL, QUE ATENDE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE AO ESTABELECEER VALOR FIXO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. “É competência das leis gerar obrigações a terceiros, a teor do princípio constitucional da legalidade, não se podendo falar em existência de limite imposto aos prêmios segurados pelas resoluções da CNSP e da SUSEP, porquanto as leis são normas hierarquicamente superiores àquelas editadas pelos órgãos regulamentadores e fiscalizadores.” (Apelação Cível

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL.

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

n., de Blumenau, Rel. Des. Carlos Prudêncio, j. em 8-5-2007). “Aplica-se o limite indenizatório previsto na lei n. 11.482 de 31 de maio de 2007 aos acidentes de trânsito ocorridos após a sua vigência.” [...] Apelação Cível n. , de Otacílio Costa, rel. Des. Monteiro Rocha, j. 10/09/2009). Inexistindo requerimento de indenização na seara administrativa, a correção monetária incide desde o acidente, enquanto que os juros moratórios são devidos a partir da citação. “Transformada a Medida Provisória em lei, evidenciados ficam os pressupostos da urgência e da relevância.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. , da Capital, rel. Des. Amaral e Silva, j. 18/04/2007). “Não é constitucional a fixação do quantum indenizatório no valor certo de R\$ 13.500,00, realizada pela MP n. 340/06, que foi convertida na Lei 11.482/07, se essa medida é vista como forma de balancear o direito dos acidentados ao recebimento do seguro obrigatório DPVAT e o direito dos proprietários dos veículos automotores que mantêm a sistemática desse seguro” (TJGO, Apelação Cível nº 148180-8/188, de Aparecida de Goiania, rel. des Luiz Eduardo de Sousa, j. 19/01/20110)

(TJ-SC – AC 11327 SC 2010.001132-7, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 07/05/2010, Quarta

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL.

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

**Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação
Cível n. , de Criciúma)**

CIVIL. ATROPELAMENTO. DEBILITADO PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRENCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO. NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT NO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSARIO. TÃO SOMENTE. A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO SENTENÇA MANTIDA.

Decisão

CONHECER. IMPROVER O RECURSO. UNÂNIME, Classe do Processo APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655ACJ DF. Registro do A cordão número:

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL.

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

195640. Datado julgamento: 22.06.2004 órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação no DJU: 04.08.2004 Pág.: 57. (até 31.12.1993 na Seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

Segundo entendimento consolidado dos tribunais, vide:

EMENTA CIVIL INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATORIO DE VEÍCULO DPVAT. PRELIMINARES AFASTADAS. LAUDO DO IML. DEILIDADE PERMANENTE. DISTINÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE. PREVALÊNCIA DE LEI EM FACE DE DISPOSITIVO INFRALEGAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. MULTA DO ART. 457. J CICEL 15 DIAS DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. GATANTIA DOS DIREITOS A AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. ART 5º, LV, CF. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1.Se constam dos autos as provas documentais necessárias à responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes,

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

pertinentes à responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes, pertinentes à ocorrência do acidente de trânsito e à existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade da matéria por necessidade de realização de prova pericial formal a afastar a competência do juizado especial.

(...)

3. A Lei a ser aplicado ao caso em momento é a 11.482/07, que, como a lei 6.194/74, também não distinguiu entre invalidez parcial ou total permanente de forma que constata por laudo oficial a invalidez permanente do autor decorrente de acidente de veículos automotores faz aquele jus ao recebimento do valor máximo legal a época do fato, e, portanto, a complementação do valor pago nos termos da sentença vergastada.

4. O afastamento da Lei n. 6.194/74 como teor anteriores as modificações inseridas pela Lei n. 11.485/07 para dar lugar a incidência dos preceitos da tabela da SUSEP e de resoluções do CNSP não pode ser admitido se tais normas de hierarquia inferior a de lei com esta confrontam.

5. Se o pagamento deveria ter ocorrido na época em que o beneficiário recebeu somente parte prêmio, desde esta data deve recair a referida atualização, de acordo com

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

interpretação reiterada desde tribunal e não a partir do ajuizamento da ação.

6.A contagem do prazo de incidência da multa prevista no artigo 475 J, do CPC, não carece de intimação pessoal da parte condenada ou de seu patrono, bastando o transito em julgamento decorrente da intimação ordinária.

7. Apesar de ser negociado completamente analisado mas os argumentos apresentados pelas partes se já pedido de prequestionamento e a fim de evitar a oposição de embargos de declaração, que não houve, no curso do processo, violação dos direitos ao contraditório e a ampla defesa (CF, ART. 5º, LV).

8. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com Súmula de Julgamento Servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei 9.099/95. Condene as recorrentes ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Portanto tem o autor o direito ao recebimento da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso tudo isso conforme a Lei 11.045/2009 senão vejamos:

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no ar. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial e, por despesas de assistência médicas e suplementares nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada.

(...)

II. até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente

(...)

Por fim vale ressaltar que é entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP.

Vejamos o seguinte julgamento:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão n 2.115/01, proferido nos autos do recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA EM 06/07/01).

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Logo o demandante tem direito ao recebimento da indenização no importe máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

IV – DOS PEDIDOS

Isto posto, e com fulcro na CF/88 e na legislação vigente, bem como nos princípios gerais do Direito aplicável requer o Autor que seja julgado procedentes os pedidos abaixo elencados:

a) A concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

- b) A citação da empresa Ré no endereço mencionado para, querendo, responder a presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo;
- c) Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (art. 330, I, CPC);
- d) Condenar a Ré ao pagamento de indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora e correção monetária desde o evento danoso;
- e) A realização de perícia médica se assim entender necessária coma finalidade de comprovar a deformidade permanente do autor.

Destacando ser o Autor beneficiário da gratuidade de justiça, na forma da Lei nº. 1.060/50, nesta oportunidade, o demandante oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

Queira o Sr. Perito esclarecer:

1. Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
2. As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com as fotos anexadas aos autos?
3. Qual foi o tratamento médico aplicado ao autor?
4. Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
5. Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL

DIREITO DO CONSUMIDOR



Priscila Nogueira

ADVOGADA

6. Havendo sequelas, qual(is) o(s) tratamentos(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s) ? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s) ?

7. Há algum outro ponto que o Sr. Perito reputa relevante sobre o exame pericial realizado?

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que

Pede Deferimento

Aracati/CE, 06 de novembro de 2019.

PRISCILA NOGUEIRA

OAB/CE 35.444

ANDRÉ SIMÕES

OAB/CE 28.552

ANDRÉ SIMÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

INVENTARIOS, USUCAPIÃO, CONTRATOS EM GERAL

DIREITO CRIMINAL

RUA DRAGÃO DO MAR, 404, NO CENTRO DA CIDADE DE ARACATI, CEP: 62800-000. FONE: (88) 3421-1152 / (88) 9 9653-0433 / (88) 9 9304-1160.

PRISCILA NOGUEIRA

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL E ELEITORAL.

DIREITO DO CONSUMIDOR

PROCURAÇÃO AD JUDICIA A ROGO**OUTORGANTE:**

Marcia Gisela do Amaral
brasileira, solteira
inscrito sob o RG 2007487406-0 e CPF 626.504.323-49, residente
na Vila Rafael, Rua C, Aracati-CE,
doravante outorgante.

OUTORGADOS:

ANDRÉ DO NASCIMENTO SIMÕES, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 28.552 e PRISCILA SANTOS NOGUEIRA, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 35.444, ambos com endereço profissional na Av. Dragão do Mar nº 404, Centro, Aracati-Ce, onde receberão as notificações e intimações de estilo.

PODERES OUTORGADOS:

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinado, nomeia e constitui seus bastante procuradores os outorgados, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula ad judicium e et extra a fim de que possa defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, repartição pública autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo-o quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber quitação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhes conviver, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo propor quaisquer tipos de ações, transigir, etc, bem como defendê-lo em eventuais ações contra ele propostas.

Aracati-Ce, 17 de setembro de 2018.

Outorgante

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA


Maria Getulda do Amaral
brasileira, solteira
inscrito sob o RG 2007487406-0 e CPF 626.504.323-49, residente
na Vila Rafael, Rua C, Aracati-6.

Eu, acima qualificado, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **gratuidade da Justiça**, nos termos do parágrafo único do artigo 98 do CPC.

Aracati-Ce, 05 de novembro de 2019.



Assinatura

 **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE ARACATI
Impressão nº 2019733598

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 412 - 165/2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **12/01/2018 13:58:31**
Data / Hora da Ocorrência: **27/11/2015 15:35:00**
Endereço da Ocorrência: **R A, VILA RAFAEL - ARACATI/CE**
Ponto de Referência:

Dados da(s) Vitima(s)

Nome: **MARIA GECILDA DO AMARAL**
Nascimento: **04/08/1963** CPF:
RG: **20077871060** Órgão Emissor: **SSP** UF:
Filiação: **ANA FRANCISCA DO AMARAL**
NC
Endereço: **VILA RAFAEL RUA C, 4233**
Bairro: **VARZEA DA MATRIZ**
Município: **ARACATI/CE** CEP: **62.800-000**
País: **BRASIL** Telefone:

Histórico

QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA DESCRITOS FOI VITIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, QUE SEGUIA EM SUA BICICLETA QUANDO VEIO A SER COLHIDA POR UM VEICULO MOTOCICLO DE PLACA NOR 1675/ARACATI-CE, COR VERMELHA, QUE DEVIDO A COLISÃO VEIO AO SOLO, QUE FOI SOCORRIDA POR PESSOAS QUE ESTAVAM PROXIMO A LOCAL E LEVADA AO HOSPITAL MUNICIPAL EDUARDO DIAS APRESENTANDO TRAUMA EM PÉ ESQUERDO, E NADA MAIS DISSE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE ARACATI

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: _____
"ESCRIVÃO AD HOC" - MAT: _____

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: _____

VISTO DO DELEGADO(A): _____
CIDORGETON PINHEIRO DA SILVA - MAT.: 405181-1-8



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE ARACATI
 Impresso nº 2019793500

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 412 - 165 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **12/01/2016 13:58:31**
 Data / Hora da Ocorrência: **27/11/2015 15:35:00**
 Endereço da Ocorrência: **R A, VILA RAFAEL - ARACATI/CE**
 Ponto de Referência:

Dados da(s) Vitima(s)

Nome: **MARIA GECILDA DO AMARAL**
 Nascimento: **04/08/1963** CPF:
 RG: **20077871060** Orgão Emissor: **SSP**
 Filiação: **ANA FRANCISCA DO AMARAL**
NC
 Endereço: **VILA RAFAEL RUA C, 4233**
 Bairro: **VARZEA DA MATRIZ**
 Município: **ARACATI/CE**
 País: **BRASIL**

UF:

CEP: **62.800**

Telefone:

Histórico

QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA DESCRITOS FOI VITIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. QUE SEGUIA EM SUA BICICLETA QUANDO VEIO A SER COLIDIDO POR UM VEICULO MOTOCICLO DE PLACA NOR 1675/ARACATI-CE, DE COR VERMELHA. QUE DEVIDO A COLISÃO VEIO AO SOLO. QUE FOI SOCORRIDO POR PESSOAS QUE ESTAVAM PROXIMO A LOCAL E LEVADA AO HOSPITAL MUNICIPAL EDUARDO DIAS APRESENTANDO TRAUMA EM PÉ ESQUERDO. NADA MAIS DISSE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE ARACATI


RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

"ESCRIVAO AD HOC"

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A) :

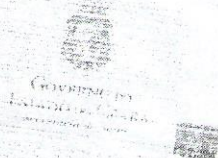
CIDORGETON PINHEIRO DA SILVA - MAT.: 41

 GOVERNO MUNICIPAL DE Aracati ADMINISTRANDO COM TODOS		Hospital Municipal Dr. Eduardo Dias - HMed													
		ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO													
AT. IMEDIATO EMERGÊNCIA		VERMELHO		01 HORA URGÊNCIA		AMARELO		02 HORAS POUCA URGÊNCIA		VERDE		04 HORAS S/ URGÊNCIA		AZUL	
Data: 27/11/15		Hora do atendimento: 15:35		Atendente: [assinatura]		Acidente: () Sim () Não		Trabalho: () Sim () Não		Trânsito: () Moto () Carro () Outro					
Nome: Maria Jzema Amaral		Idade: 53		Sexo: (X) F () M		Data de nascimento: 17/10/81		RG/CPF/Outros: não trouxe		CADSUS: não trouxe					
Filiação: Maria Jzema		Nº:		Telefone: não trouxe		Endereço: Av. São Rafael									
PSF:		ACS:													
T: _____ °C		PA: 130 x 80 mmHg		FC: _____ bpm		FR: _____ irpm		Glicemia Capilar: _____ mg/dl							
Nível de consciência: () Inconsciente (X) Orientado () Confuso () Desorientado		ECG: [assinatura]		Alergias: [assinatura]		Violência: () Sim () Não									
CLASSIFICAÇÃO DA DOR: () Sim () Não		() Aguda () Crônica () Recorrente		TIPO DE DOR: () Leve () Moderada () Forte () Severa											
ATENDIMENTO E CONSULTA															
() Atendimento Médico em Unidade de pronto Atendimento								() Consulta com Prof. De nível sup na atenção esp (exceto médico)							
() Atendimento Médico de urgência em atenção especializada								() Atendimento da Atenção Básica							
PROCEDIMENTO															
Motivo do Atendimento - ENFERMAGEM (Queixa principal + Anamnese + Exame Físico) Lesão em pé e pulso antid. do membro superior direito. Colisão bicicleta e moto.															
Alex Souza Tavares [assinatura] UF: RJ															
Enfermeiro(a): Enfermeiro [assinatura] CRF 350.346				Encaminhamento: (X) Clínica Médica () Traumatologia											
Anamnese (Conduta Médica) Acidente moto, trauma no membro superior direito.															
Hipótese Diagnóstica															
Prescrição na Urgência								Horário				Assinatura do executor			
[assinatura]								[assinatura]				Luis Claudio da Costa Bernardes Técnico em Radiologia CRTR Nº 01746T			
[assinatura]								[assinatura]				[assinatura]			
() Administração de medicamentos na Stenção Especializada								() Retirada de Cerúmen de conduto auditivo externo							
() Inalação / Nebulização								() Enema							
() Curativo grau I c/ ou s/ debridamento								() Sondagem Gástrica							
() Curativo grau II c/ ou s/ debridamento								() Drenagem de abscesso							
() Retirada de pontos de cirurgias básicas								() Excisão e/ou sutura simples de pequenas lesões							
() Retirada de corpo estranho da cavidade auditiva								() Exerece de tumor de pele e anexos / cisto sebáceo							
() Pequena Cirurgia: Dr. Maikel M. Arriola								() Retirada de corpo estranho subcutâneo							
() Outros:								() Excisão e sutura de linfangioma / nevus							
Encaminhamento do Paciente: Alta () Hora: _____ Internamento Hospitalar () Observação () Transferência () Óbito ()															



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DE ARACATI

POLICLÍNICA DR. JOSÉ HAMILTON SARAIVA BARBOSA



RECEITUÁRIO

Paciente: Moune Geilide do Amorim
Endereço: _____

Do Ortopedista

Paciente ainda refere
dor articular em
tornozelo esquerdo
Reoto trauma

Dr. Márcio M. Vieira
CREMEC: 11.264
MASTOLOGIA

Assinatura do Emitente

Data: 27.10.16

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ARACATI
POLICLÍNICA DR. JOSÉ HAMILTON SARAIVA BARBOSA
Rua Armando Praça, 805 - Várzea da Matriz - Aracati - Ceará
CNPJ: 12.986.520/000-02, Telefone: (88) 4521-5370



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007787106 - 0

DATA DE EXPEDIÇÃO 14/01/2011

NOME MARIA GECILDA DO AMARAL

FILIAÇÃO ANA FRANCISCA DO AMARAL

DATA DE NASCIMENTO 04/08/1963

NATURALIDADE ITAICABA - CE

DOC. ORIGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:1 OFÍCIO TERMO:7815 FOLHA:025

LIVRO:A12 ARACATI - CE

RG: ANT: 127599786

P.: 21

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VIA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracati

3º Vara da Comarca de Aracati

Travessa Felismino Filho, 1079, Varzea da Matriz - CEP 62800-000, Fone: (88) 3421-5886, Aracati-CE - E-mail: aracati.3@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0014003-46.2019.8.06.0035**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Maria Gecilda do Amaral**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

R. H.

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Expedientes Necessários.

Aracati, 12 de novembro de 2019.

Jamyerson Câmara Bezerra

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Aracati

3º Vara da Comarca de Aracati

Travessa Felismino Filho, 1079, Varzea da Matriz - CEP 62800-000, Fone: (88) 3421-5886, Aracati-CE - E-mail: aracati.3@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0014003-46.2019.8.06.0035**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Maria Gecilda do Amaral**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra a Secretaria o despacho de pags. 22, promovendo a **CITAÇÃO** da requerida, **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, via portal (Código: 10525895), dos *termos da presente ação; bem como para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de ser considerada revel e presumirem-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente, na inicial. Na mesma oportunidade fica INTIMADA para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do Processo Administrativo relativo ao fato descrito na inicial.* Expedientes necessários.

Aracati/CE, 24 de maio de 2020.

ALBANEIDE SILVA DOS SANTOS DE LIMA

Supervisora de Unidade Judiciária

(Assinado por Certificado Digital)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Aracati

3º Vara da Comarca de Aracati

Travessa Felismino Filho, 1079, Varzea da Matriz - CEP 62800-000, Fone: (88) 3421-5886, Aracati-CE - E-mail: aracati.3@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0014003-46.2019.8.06.0035**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Maria Gecilda do Amaral**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 25/05/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, publicado às fls. 12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra a Secretaria o despacho de pags. 22, promovendo a CITAÇÃO da requerida, SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT, via portal (Código: 10525895), dos termos da presente ação; bem como para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de ser considerada revel e presumirem-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente, na inicial. Na mesma oportunidade fica INTIMADA para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do Processo Administrativo relativo ao fato descrito na inicial. Expedientes necessários."

Aracati/CE, 25 de maio de 2020.